



O SENTIDO DA POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

THE SENSE OF POLITICS IN HANNAH ARENDT

Gabriel Gustavo Schuster*
Adriano André Maslowski**

Resumo: Em seu contexto histórico, a filósofa Hannah Arendt explica que existem dificuldades quanto à compreensão do que realmente vem a ser a política. Esta má compreensão gerou e vem gerando posicionamentos apolíticos. Vivendo num contexto de guerras e ditaduras, a autora encontra posicionamentos com preconceitos à política, o que ela vê com maus olhos, dado que este campo político condiz com a busca da liberdade do ser humano. Considerando a necessidade de se explicitar e procurar um melhor fazer político, Hannah Arendt investiga se a política ainda tem algum sentido e qual seria esse sentido.

Palavras-chave: Política. Apolítico. Liberdade. Pluralidade.

Abstract: In its historical context, philosopher Hannah Arendt explains that there are difficulties in understanding what politics really is. This misunderstanding has generated and is generating apolitical positions. Living in a context of wars and dictatorships, the author finds positions with prejudices to politics, which she sees

* Acadêmico em Filosofia – Bacharel pela Faculdade Palotina – FAPAS, Santa Maria, RS. Email: gustavoschuster60@gmail.com.

** Professor do Curso de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS) - Doutor em Filosofia (UFSM); Mestre em Filosofia (UFSM); Pós-graduado em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica (UFFS); Pós-graduado em Leituras da Bíblia e Mundo Contemporâneo (URI); Pós-graduado em Orientação Educacional (UnIBF); Pós-graduado em Psicopedagogia e Educação Inclusiva (UnIBF); Graduado em Filosofia (IFIBE); Licenciatura em Filosofia (UNIASSELVI) Graduado em Teologia (URI); Graduado em Pedagogia (ETEP); E-mail: adrianolowski13@gmail.com.

with bad eyes, given that this political field is consistent with the search for freedom of the human being. Considering the need to make oneself explicit and seek a better political practice, Hannah Arendt investigates whether politics still has any meaning and what that meaning would be.

Keywords: Politics. Apolitical. Freedom. Plurality.

Introdução

A filósofa Hannah Arendt de origem alemã nasceu no ano de 1906. Em sua carreira filosófica se dedicou principalmente ao tema da política, ainda mais considerando ser parte de sua história as duas grandes guerras. Em seu contexto histórico, ela se deparou com vários preconceitos à política, pois estando a humanidade com medo de sua própria exterminação e das ditaduras vigentes, criou-se tais ideias equivocadas como que dizendo que a política não é algo importante, pois foi ela que causou tais problemas. Mas o pensamento da autora diverge destes posicionamentos. Para ela a política existe devido à pluralidade entre os seres humanos, cada indivíduo diferencia-se entre si. Dessa forma, a política não é algo natural no homem, mas é necessário para o convívio. E na necessidade de se projetar isso em uma sociedade, a política parte com a finalidade de dar a todos a condição de liberdade. Considerando isto, o pensamento da autora veio tematizar qual o sentido mesmo da política, este que será desenvolvido ao longo deste artigo.

1 O problema da política

1.1 O que é a política?

A questão sobre a política está presente no pensamento humano desde os antigos. Era uma das grandes investigações filosóficas, tais como “A política” de Aristóteles, ou “A República” de Platão. Mas, de acordo com Hannah Arendt há um problema na pesquisa filosófica, teológica e de tantas outras áreas, o qual lhes proíbe, enfim, de encontrar uma resposta para vivência na sociedade. Este problema é de que estas matérias se ocupam do homem, do indivíduo, sem antes se ocuparem de homens, ou seja, da humanidade. Para a autora, a política se baseia na pluralidade que existem entre os homens. Para Arendt é:

surpreendente a diferença de categoria entre as filosofias políticas e as obras de todos os grandes pensadores — até mesmo de Platão. A política jamais atinge a mesma profundidade. A falta de profundidade de pensamento não revela outra coisa senão a própria ausência de profundidade, na qual a política está ancorada (1999, p.21).

Considerando essa pluralidade, a política trata da convivência entre os diferentes. E nisto, os homens procuram se organizar entre si para diversas coisas, de forma política, o que Arendt acredita ser algo essencial em meio ao caos absoluto existente das diferenças. Um exemplo muito certo disto é a família, onde “o parentesco significa, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras” (Arendt, 1999, p. 22). Neste modo de organização, a diferença humana é extinta de forma exitosa, assim sendo destruída a igualdade essencial dos homens, a diferença.

Neste sentido, a autora entende que os corpos políticos foram formados a partir da ideia de família. Para entender, considere-se o seguinte:

As famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual se precisa ter parentesco. Esse desejo leva à perversão fundamental da coisa política, porque anula a qualidade básica da pluralidade ou a perde através da introdução do conceito de parentesco (Arendt, 1999, p. 22).

A filosofia tem duas razões para não se limitar a busca do lugar de origem da política. De forma primeira, deve-se voltar ao conceito de *Zoon politikon*. Sobre este conceito, considere-se que este enunciado de animal político, leva a entender que “no homem predomina o finalismo eticamente condicionado (o que nos induz a vê-lo como um animal politicamente tendencial)” (Tierno, 2008, p. 121).

Porém, quanto a este ponto a filósofa o contrapõe, pois segundo ela o homem na realidade é a-político. Ela defende isto, pois em seu pensamento, a política está totalmente fora dos homens, considerando-os em sua individualidade, todavia esta surge no entre-os-homens. Desse modo, esta mesma política que surge entre os homens, “se estabelece como relação” (Arendt, 1999, p. 23).

Em segundo lugar, há em questão a concepção monoteísta de Deus, o qual criou o homem segundo a imagem de sua solidão. Isto serve de base para o estado de natureza do homem, em Hobbes, que segundo ele é a guerra de todos contra todos. Essa rebelião se dá pela existência sem sentido, levando em consideração serem criados segundo a solidão divina, mas existindo entre muitos.

Segundo Arendt “a solução ocidental dessa impossibilidade da política dentro do mito ocidental da criação é a transformação ou a substituição da política pela História” (1999, p.23). Pois, por meio de uma história mundial, dissolve-se em

um indivíduo, ou seja, um homem, aquilo que deveria ser a noção da pluralidade humana. “Só existe liberdade no âmbito particular do conceito *intra* da política. Nós nos salvamos dessa liberdade justo na “necessidade” da História. Um absurdo abominável.” (Arendt, 1999, p. 24).

1.2 Preconceito contra a política

Em sua época, a filósofa judia identificou aquilo que ela vem a chamar de “preconceitos” contra a política, considerando que estivera ela em tempos de guerras, nazismo e diversas demonstrações do mau uso da política, como o exemplo da ditadura. Tais preconceitos são comuns a todos representam algo de político em seu sentido mais amplo: “não brotam da soberba das pessoas cultas e não são culpados do cinismo delas, que viveram demais e compreenderam de menos” (Arendt, 1999, p. 25). Mas Arendt não se coloca totalmente contra os preconceitos, pois de acordo com ela “refletem realidades incontestáveis e, com maior fidelidade ainda, a atual situação existente, de fato, justamente em seus aspectos políticos” (Arendt, 1999, p. 25). Contudo, não são juízos definitivos, e acabam por, de acordo com Hannah, jogar fora a criança junto com a água de banho, confundido assim “aquilo que seria o fim da política com a política em si, e apresentam aquilo que seria uma catástrofe como inerente à própria natureza da política e sendo, por conseguinte, inevitável” (1999, p. 25-26).

Por detrás destes preconceitos de acordo com Arendt estão,

hoje em dia, [...] desde a invenção da bomba atômica, o medo de a Humanidade poder varrer-se da face da Terra por meio da política e dos meios de violência colocados à sua disposição, e — estreitamente ligada

a esse medo — a esperança de a Humanidade ter juízo e, em vez de eliminar-se a si mesma, eliminar a política (1999, p. 26).

Se levado a cabo essa forma de pensar, cair-se-ia em uma catástrofe organizacional, relativo a uma ditadura jamais prevista. Todavia, “se se entender por 'político' o âmbito mundial no qual os homens se apresentam sobretudo como atuantes, conferindo aos assuntos mundanos uma durabilidade que em geral não lhes é característica, então essa esperança não se torna nem um pouco utópica” (Arendt, 1999, p. 26). Pois na história conseguiu-se até varrer o homem como ser atuante, mas não no que diz a uma escala mundial, seja na forma tirânica, ou seja, na forma moderna de dominação, os quais ela dá nome de a-político.

Contudo, o que realmente leva muitos ao preconceito contra política está antes na impotência dos homens, ou melhor, este ato de preconceito existe como uma fuga desta impotência, sendo principiada do “desesperado desejo de ser livre na capacidade de agir” (Arendt, 1999, p. 28).

Para Arendt, o preconceito não é algo totalmente ruim, antes é uma boa coisa dentro da política. Isto é assim, pois sem estes preconceitos àquilo que é novo, deveria o homem estar em um estado de alerta sobre-humano. Nas relações políticas, nos esclarecimentos dos preconceitos e tantos outros, há no sujeito alguns pressupostos que lhe baseiam. Isto é desde sempre, podendo se ter por conta que mesmo que a dimensão do estado de alerta e a abertura para o mundo determinam o nível político, não se pode imaginar qualquer época na qual o homem não poderia vir a confiar e reincidir em seus preconceitos para suas tomadas de juízo e decisão em suas mais diversas áreas. Todavia, há de acordo com Arendt os verdadeiros preconceitos, os quais estão dentro dos limites

aceitáveis. Estes não estão fundados numa experiência pessoal-singular, mas antes são reconhecidos “em geral, porque recorrem despreocupadamente a um “dizem”, “acham”, sem que, é claro, essa apelação precise ser apresentada de maneira expressa” (Arendt, 1999, p.29).

Dessa forma, de acordo com a filósofa, o preconceito desempenha um grande papel na coisa social pura, de modo que quanto mais um sujeito for livre de preconceitos, menos apto será para a coisa social pura. Porém, considerando que o pensamento político se baseia essencialmente na capacidade de formação de opiniões, seria perigoso que a substituição do juízo pelo preconceito viesse a se alastrar para o campo político, pois neste âmbito não se consegue mover sem juízos.

1.3 Preconceito, juízo e o mundo

Para Arendt, “uma das razões para a eficiência e a periculosidade dos preconceitos reside no fato de neles sempre se ocultar um pedaço do passado” (1999, p. 30). Há assim, no verdadeiro preconceito, ocultamente, um juízo com uma origem legitimamente empírica, o qual se tornou preconceito por ter passado de tempo em tempo sem ser revisto. O problema que reside aí é uma não revisão desta verdade passada, da qual pode vir a não responder ou ser adequada a um verdadeiro juízo do presente. Tendo assim, o preconceito a condição de se antecipar a um juízo, pode este recorrer a um passado, a uma época (como um juízo de determinado tempo histórico). Isto se sobrecarrega predominantemente na estrutura política e social, de forma que o novo se torna algo realmente raro dentre estes âmbitos.

Dessa forma,

Se a função do preconceito é defender o homem julgante para não se expor abertamente a cada realidade encontrada e daí ter de defrontá-la pensando, então as visões de mundo e ideologias cumprem essa tarefa — tão bem que protegem contra toda experiência, pois supostamente todo o real está nelas previsto de alguma maneira (Arendt, 1999, p. 32).

A partir disto, é do conhecimento que a capacidade de discernimento insiste e seria dever insistir no julgar de forma direta, não contendo parâmetros, mas nas diversas esferas dais quais tal coisa acontece, como nas decisões de todo tipo, na natureza tanto pessoal como pública entre outros, não se leva a sério esta forma de discernimento, pois “a coisa assim julgada jamais tem caráter imperativo, jamais pode forçar os outros a uma concordância no sentido de uma conclusão lógica e inevitável; pode apenas e tão-somente convencer” (Arendt, 1999, p. 33). O problema presente nisto, como já fora comentado, está nos critérios de juízo, quando o homem não consegue se desvencilhar de certos pressupostos, os quais podem muito bem-estar errados. E tais, quando aplicados em uma análise, podem vir a negar a possibilidade do novo. Assim o indivíduo (sujeitado ao juízo) é julgado, mas não os critérios de juízo que são utilizados.

Se for considerado tal como verdadeiro, pode-se cair no erro de acreditar que os homens só são capazes de fazer juízo onde eles têm à mão critérios fixos e prontos, o que pode levar a crer que não fora o mundo que saiu dos trilhos, mas antes o próprio homem. A questão do que vem a empurrar o homem para o centro das preocupações no presente, tem como resposta a apolítica em seu profundo sentido. Isto é, pois o ponto central da política é o mundo e não o homem. E essa esperança de que se pode mudar a política a partir da mudança de seus membros, ou seja, os homens, de acordo com Arendt é vã, pois

Se se quer mudar uma instituição, uma organização ou entidade pública existente no mundo, então só se pode renovar sua constituição, suas leis, seus estatutos e esperar que tudo mais se produza por si mesmo. Isso está relacionado com o fato de que em toda parte em que os homens se agrupam — seja na vida privada, na social ou na público-política —, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros (Arendt, 1999, p. 35-36).

Assim, cada um dos espaços tem a sua própria estrutura que vai se transformando com o tempo. Eles se manifestam na vida privada a partir dos costumes, na vida social, em convenções e na vida pública em constituições, leis, estatutos e coisas análogas. Sendo assim, “sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos” (Arendt, 1999, p. 36). Assim este espaço entre os homens que é o mundo, não pode vir a existir sem eles. E esse mundo e as coisas do mundo em que em seu centro se realizam os assuntos humanos,

[...] não são a expressão — a impressão como que formada para fora — da natureza humana, mas sim o resultado de algo que os homens podem produzir: que eles mesmos não são, ou seja, coisas, e que os pretensos âmbitos espirituais ou intelectuais só se tornam realidades duradouras para eles, nas quais se podem mover, desde que existam objetivados enquanto mundo real. Os homens agem nesse mundo real e são condicionados por ele e exatamente por esse condicionamento toda catástrofe ocorrida e ocorrente nesse mundo é neles refletida, co-determina-os (Arendt, 1999, p. 36).

Se considerado isto, pode-se entender que o problema dos perigos em que se pode cair no campo político, não deveria de forma alguma vir a ser transposto para um âmbito interior, ou seja, esse interesse pela busca de entender o “homem”, a sua essência, como se fosse a resposta para o declínio da humanidade. Todavia, o perigo em que se pode cair, o qual é altamente real, está antes num âmbito exterior. Contra isso pode se querer contradizer que este

mundo no qual se fala é o mundo dos homens, ou seja, o resultado do fazer e agir humano. Como afirma a filósofa judia,

Essas capacidades pertencem, com certeza, à natureza do homem; se falham, não se deveria mudar a natureza do homem, antes de se poder pensar numa mudança do mundo? Essa objeção é antiqüíssima em sua essência e pode recorrer às melhores testemunhas — a saber, a Platão que já censurava Péricles, afirmando que, depois da morte, os atenienses não seriam melhores do que antes (Arendt, 1999, p. 37).

Portanto, Arendt alerta para os perigos de aderir a critérios que impedem a abertura ao novo, especialmente no campo político. A mudança genuína, segundo Arendt, não se dá pela transformação do homem em si, mas pela renovação das estruturas que compõem o mundo em que os homens atuam. O mundo é o espaço entre os homens, e é nele que se deve focar para enfrentar os desafios sociais e políticos.

2 Sentido da política

2.1 A política ainda tem sentido?

Ao se questionar sobre o sentido mesmo da política, Hannah Arendt responde da seguinte forma:

Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade. Sua simplicidade e concludentia residem no fato de ser ela tão antiga quanto a existência da coisa política — é na verdade, não como a pergunta, que já nasce de uma dúvida e é inspirada por uma desconfiança (1999, p. 38).

De acordo com a filósofa, essa resposta hoje em dia não é natural e evidente. Isso se faz notar, pois a pergunta evocada nos dias presentes, considerando todos os males justificados em nome da política, como a ameaça de uma desgraça que pode vir a se resultar dela, a questão que se propõe é mais radical: “Tem a política algum sentido ainda?” (Arendt, 1999, p. 38).

Nesta questão formulada, ajuntam-se dois elementos. Primeiramente as experiências dos regimes totalitários, nos quais a vida foi politizada por completo, tendo por consequência o fato da liberdade não existir mais nelas. Tendo por conta disso, a questão da possibilidade da existência concomitante da liberdade e da política. Em segundo lugar, existe na formulação da pergunta, o medo incessante da destruição da vida, considerando as possibilidades de destruição desenvolvidas. Estando em questão, além da defesa da liberdade a conservação da vida.

Com estes acontecimentos, “fez não só com que se questionasse o que representa uma decisão “política” em uma guerra de extermínio, mas principalmente reforçou uma já tradicional aversão pela política, o anseio por uma ilusória extinção da mesma” (Torres, 2007, p. 2).

Mas para, além disto, Arendt defende a ideia da política primeiramente por entender que, se a coisa política está à mercê meramente da conservação humana, então ela mesma se riscou do mapa, ou seja, seu sentido se transformou em falta de sentido. Essa falta de sentido é uma dificuldade real, pois se evidencia resoluções para as tramas em que se vive, em vista dos regimes totalitários e as bombas atômicas. Considerando que se tem ideias erradas de alguma esperança, então o que poderia mesmo se esperar é um milagre.

A ideia de milagre, por fora do âmbito puramente religioso, se demonstra, em certos contextos, compreensível.

Talvez seja conveniente rememorarmos em breves instantes que todo o marco de nossa existência real — a existência da Terra, da vida orgânica sobre ela, a existência do gênero humano — baseia-se numa espécie de milagre. Porque, sob o ponto de vista dos fenômenos universais e das probabilidades que nelas reinam e que podem ser apreendidas estatisticamente, o surgimento da Terra foi uma "infinita improbabilidade". E não é diferente o caso do aparecimento da vida orgânica nos processos de evolução da natureza inorgânica ou do aparecimento da espécie humana nos processos de desenvolvimento da vida orgânica. Nesses exemplos, fica claro que sempre que algo de novo acontece, de maneira inesperada, incalculável e por fim inexplicável em sua causa, acontece justamente como um milagre dentro do contexto de cursos calculáveis (Arendt, 1999, p. 41-42).

Assim, cada novo é um milagre, ou seja, este é experimentando do ponto de vista "dos processos que ele interrompe necessariamente" (Arendt, 1999, p. 42), havendo dessa forma uma transcendência no real. Já no que diz ao âmbito das relações humanas, considerando que se dá num processo histórico onde há iniciativas humanas, não é estranho haver rompimentos de processos, de forma que a palavra milagre parece estranha, já que se dá de forma natural. Nisto, a diferença existente entre as "infinitas improbabilidades" em que se baseia a vida terrestre-humana e o acontecimento-milagre no campo dos assuntos humanos está em "existir aqui um taumaturgo e o fato de o próprio homem ser dotado, de um modo extremamente maravilhoso e misterioso, de fazer milagre" (Arendt, 1999, p. 43), em que em seu uso idiomático comum e habitual, chama-se esta aptidão de agir. Esta aptidão tem como condição criar novos começos, novos processos. Dessa forma, o milagre da liberdade está presente nesse poder começar. Essa ideia de liberdade se identifica com o posicionamento de Kant, considere-se que para o autor, "a espontaneidade de uma causa livre em sentido transcendental foi pensada, como vimos, como o poder de dar início a uma série

de ocorrências sem ser determinada a isso por nenhuma ocorrência anterior, quer fora da causa, quer dentro dela” (Almeida, 1997, p. 187).

Essa concepção de que a liberdade é idêntica ao começar ou, falando de novo à maneira de Kant, à espontaneidade, é-nos bastante estranha porque faz parte do caráter e das características de nossas tradições do pensamento, identificar liberdade com livre arbítrio e entender como livre-arbítrio a liberdade de escolha entre coisas dadas — grosso modo, entre o bem e o mal, mas não a liberdade; simplesmente querer que isso ou aquilo seja assim ou de outra maneira (Arendt, 1999, p. 44).

Dessa forma, considerando que:

se esperar um milagre for um traço característico da falta de saída em que nosso mundo chegou, então essa expectativa não nos remete, de modo nenhum, para fora do âmbito político original. Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço — e em nenhum outro — temos de fato o direito de esperar milagres (Arendt, 1999, p. 44).

Isto deve ser entendido, pois enquanto os homens tiverem a condição de agir, poderão fazer o improvável. Assim, a pergunta se a política ainda tem sentido nos leva, no momento em que se termina na crença em milagres, “de volta forçosamente à pergunta sobre o sentido da política” (Arendt, 1999, p. 45).

2.2 Qual é o sentido da política?

A pergunta pelo sentido da política e a desconfiança desta são muito antigas, assim como também as definições ou classificações. Estas respostas sobre a coisa política são, em seu conteúdo original, justificações. De forma bem resumida, essas justificações ou definições têm como objetivo “classificar a

política como um meio para um fim mais elevado, sendo a determinação dessa finalidade bem diferente ao longo dos séculos” (Arendt, 1999, p. 45).

A ideia que se tem sobre a política é a de que ela proporciona a possibilidade da vivência comum, considerando ainda que o ser humano não sendo autárquico, mas dependendo de outros para a existência, deve vir a conviver numa pólis. Assim, num sentido mais amplo, a política é formada “a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa” (Aristóteles, 1998, pg. 53).

Comum a este tipo de resposta é a ideia de que tais são de caráter natural, onde se pensa como o próprio Aristóteles de que o ser humano é *Zoon politikon*, com o qual a autora discorda¹.

2.2.1 A liberdade como sentido da política

Como foi trabalhado acima, Hannah Arendt entende que o sentido da política é a liberdade. Contudo, diferente das concepções mais antigas e de tradição cristã, a autora reflexiona para uma nova ideia de liberdade. Assim, divide ela a ideia de liberdade em interior e exterior. Em seu pensamento, no que diz a liberdade interior, “distintamente da tradição filosófica que a precede, Arendt não reduz a liberdade a uma expressão de um eu interior ou simplesmente à liberdade de movimento” (Dias, 2021, p. 231). Isto acontece pois,

[...] o cristianismo obscurece a noção de liberdade, ao transpô-la do espaço público para o domínio interno do sujeito, identificando-a ao livre-arbítrio. De forma semelhante, na Modernidade, as atividades privadas e

¹ Esta discordância fora trabalhada neste artigo: O que é a política? (1.1)

as liberdades civis são valorizadas em detrimento da participação política, processos naturalizados pelo liberalismo (Silva, 2015, p. 65).

Neste sentido, aconteceu uma “busca por uma liberdade no único lugar que ainda poderíamos exercer algum movimento para além das amarras físicas: a esfera mental” (Dias, 2021, p. 231). Para se entender melhor a ideia de liberdade interior, considere-se que:

[...] de acordo com o entendimento da Antiguidade, o homem não poderia libertar-se da necessidade a não ser mediante o poder sobre outros homens, e ele só poderia ser livre se possuísse um lugar, um lar no mundo. Epicteto transpôs essas relações mundanas para relações dentro do próprio homem, com o que descobriu que nenhum poder é tão absoluto como aquele que o homem tem sobre si mesmo, e que o espaço interior onde o homem dá combate e subjuga a si próprio é mais completamente seu, isto é, mais seguramente defendido de interferência externa, que qualquer lar poderia sê-lo (Arendt, 2016, p. 115).

Nisto, se nota que “as experiências de liberdade interior são derivativas no sentido de que pressupõem sempre uma retirada do mundo onde a liberdade foi negada para uma interioridade na qual ninguém mais tem acesso” (Arendt, 2016, p. 114). Deste modo, pensa Hannah Arendt que a liberdade está além do interior, se encontrando precisamente no âmbito político. E ainda mais, essa liberdade interior não deve ser entendida como um princípio, mas antes “Arendt defende, no entanto, que a liberdade da vontade só existe derivativamente em relação ao seu sentido político” (Dias, 2021, p. 231). Dessa forma, Hannah Arendt desvia da concepção antiga, atribuindo à liberdade uma ideia diferente, dando-lhe um sentido somente no âmbito público.

2.2.2 Liberdade política

A ideia de que a política poderia vir a trazer a liberdade foi, na época de Hannah Arendt, desconsiderado, tornando a coisa política alvo de preconceitos, pois se vivia em meio a regimes totalitários. Para encontrar o sentido da política, Arendt se volta aos antigos, observando a sua forma de constituir a pólis, onde o lugar público seria o espaço da liberdade, na qual os seres humanos poderiam agir. E aqui, a ideia de ação é por demais necessária. Considere-se a afirmação de Amaral:

Neste contexto, a ênfase recai, mais uma vez, na liberdade política, pois ela é base para a ação, e assim deve ser preservada. Segundo Arendt, a livre ação é geradora de História: a liberdade é o objetivo da ação e da vida humana. A liberdade política é externa, e acontece no espaço público, a mesma não ocorre na vida da mente como a liberdade interna e filosófica (2016, p. 933).

Dessa forma, oposto da liberdade interior em que a vida da mente se torna essencial, a liberdade política tem por centralidade a ação. E como acima comentado, os gregos tinham este espaço de ação que se dava no âmbito público. Contudo, para eles só poderia ser digno de estar neste campo político “aqueles que não eram escravos, sujeitos a coerção por outrem, nem trabalhadores sujeitados pelas necessidades da vida” (Arendt, 2016, p. 119). Todavia, Hannah Arendt se coloca contrária a isto, pois concorda que todos podem participar deste âmbito. Deste modo, o local da pluralidade, o ambiente público, sendo o lugar de debates, exposição de opiniões etc., se torna sumamente importante para a ação.

Ainda sobre a liberdade Arendt, considera que o ser humano teria sim uma liberdade pré-política a qual se baseia na ideia kantiana:

A liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões de outros e de também ser ouvido, que para nós constitui também parte indispensável da liberdade política, suplantou a liberdade não em contradição com ela, mas que possui uma natureza bem diferente, característica do agir e do falar, desde que seja uma ação. Essa liberdade consiste naquilo que chamamos de espontaneidade que, segundo Kant, se baseia no fato de cada homem ser capaz de começar uma série de novo por si mesmo (1999, p. 57).

Isto nos faz voltar a ideia de milagre, onde se encontra a espontaneidade humana, em que se tem a possibilidade de iniciar um novo processo. Ou seja,

Liberdade é iniciar (na esfera dos assuntos políticos). É nessa esfera que temos amiúde novos inícios desencadeados pelas ações humanas. Decerto, se cada novo início é um milagre, a realização de milagres é a maior potencialidade do espaço da política. Cada novo início é a genuína expressão da própria liberdade. [...] se a esfera política, no mundo contemporâneo, sofre por uma carência de sentido, é justamente nessa esfera que podemos contar com milagres, com novas iniciativas que conduziriam à reabilitação do sentido da política e concomitantemente à reconstituição desta esfera (Silva, 2015, p. 103-104).

Esta observação confere maior significado à liberdade, pois esta forma é pré-político e se concretiza na área pública. Assim, a liberdade pensada por Hannah Arendt se consolida no convívio entre os homens:

Para Arendt, a liberdade é uma atividade exercida pelos homens, por meio do convívio entre eles. Refere-se a um fenômeno da vida política e, como tal, trata-se de algo que aparece aos homens, adquirindo existência na medida em que é externalizado. Na reflexão arendtiana, a liberdade não é um dado da consciência ou da vida interior. Ao contrário, apresenta-se como atividade da vida política (Silva, 2015, p. 67).

Desta forma, a liberdade se daria, não em um diálogo do ser humano consigo mesmo, todavia, esta é algo a ser conquistado pelo homem, por meio da ação, que está ligada a atividades políticas.

Deste modo, pode-se compreender que:

O conceito arendtiano de liberdade está fortemente relacionado ao exercício das atividades públicas. Para Arendt, a razão de ser da política (e o seu sentido) é a liberdade. Se os homens não tivessem a capacidade de se relacionar livremente, não haveria política; e se os homens não tivessem a potencialidade de estabelecer sua própria realidade, a política não teria sentido algum (Silva, 2015, p. 68).

Se considerado isto, pode-se finalmente chegar à ideia de que “a razão de ser, a essência, o sentido da política, para Hannah Arendt, não é outra senão - como no modelo grego ou como o oposto do que é operado no totalitarismo e nas democracias de massa - a liberdade” (Silva, 2015, p. 100). Assim, dentro de uma sociedade em que não se procure extinguir a pluralidade que existe entre os homens, haverá, mediante a ação, a verdadeira liberdade.

Conclusão

Como se pode perceber ao longo desta reflexão, Hannah Arendt nos oferece uma nova perspectiva para a política ao destacar que ela emerge da convivência entre os homens, baseada na pluralidade. Assim, qualquer pensamento político deve respeitar a condição presente nas relações humanas. “Dessa forma, a política, tal como Arendt a entende, como criação do novo, do inesperado, como ação plural, resultado do amor ao mundo e não como violência, não apenas se apresenta como uma alternativa, mas como algo realizável, sendo inerente à condição humana” (Torres, 2007, p. 244).

Arendt propõe uma visão política na qual a liberdade é alcançada por meio do respeito às diferenças. Essa liberdade, inerente à condição humana, deve ser

constantemente cultivada em um ambiente de ação conjunta e de criação do novo, afastando-se da violência e aproximando-se do amor ao mundo. Nesse sentido, para Arendt, superar os preconceitos exige o resgate do verdadeiro sentido da política como uma prática de liberdade, onde o inesperado e o novo podem surgir. Isso nos convida a questionar quais práticas e relações podemos fomentar para garantir que a política continue sendo um meio de emancipação, e não de opressão, promovendo um espaço de diálogo e ação onde a diversidade seja respeitada e a liberdade possa ser vivida.

Por fim, cabe ressaltar que, no contexto atual, marcado por polarizações e descrédito nas instituições políticas, a reflexão sobre o pensamento filosófico de Hannah Arendt nos instiga a conceber a política como um espaço legítimo de transformação e convivência plural. Dessa forma, torna-se necessário e urgente promover reflexões contínuas que nos ajudem a pensar a política conforme Arendt nos provocou por meio de sua proposta filosófica apresentada sinteticamente ao longo desta reflexão.

Referências

AMARAL, Juliana Scherdien. Hannah Arendt e a liberdade na política. **RELACult**. v. 02, ed. especial, p. 929-936, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/331/185>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7920085/mod_resource/content/1/Hannah%20Arendt%20-%20Entre%20o%20Passado%20e%20o%20Futuro%20%28livro%20completo%29.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

ARENDR, Hannah. **O que é política?**. Tradução Reinaldo Guarany. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Edição bilíngue. Lisboa: Veja, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/357991/mod_resource/content/1/Aristoteles_Pol%C3%ADtica%20%28VEGA%29.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

DIAS, Lucas Barreto. O aparecer da liberdade no pensamento de Hannah Arendt. **Perspectivas**. Tocantins. v. 6, n. 2, p. 228-244, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/hsmar/Downloads/jusantanaa,+16-LucasBarretoDias%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/hsmar/Downloads/jusantanaa,+16-LucasBarretoDias%20(1).pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Mauro Sérgio Santos da. **Hannah Arendt e o sentido da política no mundo contemporâneo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2015.419>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TIERNO, Paulo. **Aristóteles**: a teoria política da constituição e a deliberação. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022009-131156/publico/TESE_PATRICIO_TIERNO.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/ZQCytkhG6JFhr5bhXKdXyS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.